

ARTIGO

Corpo e designação: considerações teórico-analíticas sobre o funcionamento discursivo do corpo como unidade designativa

Body and designation: theoretical-analytical considerations on the discursive functioning of the body as a designative unit

Mariana Jantsch de Souza¹ 

Naiara Souza da Silva² 

¹Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul), Venâncio Aires, RS, Brasil

²Universidade Federal do Pampa, Jaguarão, RS, Brasil

E-mails: marianasouza@ifsul.edu.br; naiarasilva@unipampa.edu.br

RESUMO: Neste texto, nossa atenção volta-se para duas noções teóricas, corpo e designação, necessárias à interpretação de dois gestos corporais. Trata-se de gestos realizados com a mão, os quais remetem à representação gráfica da letra L e/ou à representação de uma arma de fogo que funcionam discursivamente, a nosso entender, como uma tomada de posição do sujeito e (re)produzem sentidos de identificação à “x” e de antagonismo à “y”. Por isso, a questão que se coloca é: como o corpo pode constituir-se como unidade designativa? Nessa leitura, com aporte teórico na Análise Materialista de Discurso, de Michel Pêcheux, ao mobilizarmos a memória, entendemos tais gestos como gestos discursivo-corporais que produzem o efeito de designação em determinadas condições de produção.

PALAVRAS-CHAVE: Análise Materialista de Discurso, Corpo como unidade designativa, Gesto discursivo-corporal, Efeito de sentido.

ABSTRACT: In this text, our attention turns to two theoretical notions, body and designation, necessary for the interpretation of two bodily gestures. These are gestures performed with the hand, which refer to the graphic representation of the letter L and/or the representation of a firearm that discursively function, in our understanding, as a position taken by the subject and (re)produce senses identification with “x” and antagonism with “y”. Therefore, the question that arises is: how can the body constitute itself as a designative unit? In this interpretation, with theoretical support in Materialist Discourse Analysis, by Michel Pêcheux, when we mobilize memory, we understand these gestures as discursive-corporal gestures that produce the designation effect in certain production conditions.

KEYWORDS: Materialistic Discourse Analysis, Body as a Designating Unit, Discursive-body Gesture, Sense Effect.

COMO CITAR

SOUZA, Mariana Jantsch de; SILVA, Naiara Souza da. Corpo e designação: considerações teórico-analíticas sobre o funcionamento discursivo do corpo como unidade designativa. *Revista da Anpoll*, v. 55, e1857, 2024. doi: <https://doi.org/10.18309/ranpoll.v55.1857>



1 Considerações preliminares

Este texto¹ é continuidade de um percurso de leituras e análises ancoradas na Análise Materialista de Discurso (AD), de Michel Pêcheux, em que propomos pensar e questionar a sociedade em que vivemos atentando para efeitos de sentido que são (re)produzidos em diferentes discursos em circulação social, materializados em discursividades verbais e não-verbais.

O presente exercício de leitura busca aprofundar uma discussão proposta no trabalho em que analisamos uma imagem publicada nas redes sociais oficiais do Poder Executivo, no perfil do Ministério do Desenvolvimento Regional, no *Instagram*. Trata-se de uma fotografia de um grupo de trabalhadores junto do, à época, mandatário do país², registrada no dia 24 de junho de 2021, em uma visita à Barragem de Oiticica, em Jucurutu, Rio Grande do Norte. Tomamos como objeto de análise essa discursividade imagética porque nela alguns sujeitos posicionam-se, à captura fotográfica, realizando um gesto visual corporal com a mão direita, gesto este que nos inquietou e despertou interesse por possibilitar diferentes interpretações. Nesta leitura, nosso foco foi observar e compreender a luta pelos sentidos na cena discursiva³ de interlocução retratada na discursividade imagética referida.

Com base nessa análise inicial, neste texto, considerando outras discursividades imagéticas, procuramos ampliar a reflexão acerca da relação corpo e designação, de modo a contribuir teoricamente para o quadro teórico-analítico da AD, propondo que o corpo possa funcionar discursivamente como unidade designativa. Para tanto, nosso olhar está direcionado a dois gestos discursivo-corporais realizados com a mão: um deles remete à representação gráfica da letra L e o outro, à representação de uma arma de fogo.

Embora se apresentem semelhantes visualmente, os dois gestos discursivo-corporais sinalizados, significam diferentemente e funcionam como uma tomada de posição, (re)produzindo sentidos de identificação à “x” e de antagonismo à “y”, ou seja, quando o gesto formulado retrata um “L”, por exemplo, o efeito de sentido que produz designa simbolicamente “x”, representando determinado alinhamento ideológico que se contrapõe ao outro gesto discursivo-corporal que representa uma arma de fogo.

Desse modo, agora, com o olhar voltado especificamente para os gestos sinalizados com a mão, entendidos enquanto materialidade discursivo-corporal, buscamos examinar a relação

¹ Uma versão inicial deste trabalho foi apresentada no VII Encontro Humanístico Multidisciplinar e VI Congresso Latino Americano em Estudos Humanísticos Multidisciplinares, com o título “Que gesto é esse? O funcionamento de designação a partir do corpo”, no Grupo de Trabalho “Estudos sobre corpo e discurso na atualidade”, realizado nos dias 13 e 14 de dezembro de 2021.

² Para referir o sujeito que ocupou o cargo de Presidente da República Federativa do Brasil na legislatura de 1º de janeiro de 2019 a 1º de janeiro de 2023, usaremos a expressão 38º Presidente. Também, tomamos de empréstimo de Freda Indursky, pesquisadora de referência em AD, as seguintes formulações: mandatário do país ou capitão da República. Não nomeá-lo é uma opção teórica e política alinhada ao nosso percurso de pesquisa; como uma tomada de posição que não compartilha de suas práticas.

³ Conforme Cazarin (2013), a cena discursiva não é tomada como algo preexistente, pois, a própria ideia de cena/encenação pressupõe algo que se representa no/pelo discurso, entendido na sua incompletude. Indursky (1997; 2002), por sua vez, entende a cena discursiva como lugar de tensão, espaço de confronto, em que discursos antagonísticos mobilizam formações discursivas que se opõem.

conceitual entre corpo e designação⁴, levando em conta duas principais questões: Que gesto é esse? Como o corpo pode constituir-se como unidade designativa?

Nosso objetivo é observar como esses gestos (re)produzem sentidos e compreender como o corpo pode funcionar discursivamente como designação. Interessa-nos, portanto, retomar o conceito de corpo, enquanto materialidade discursiva, conforme seu entendimento na teoria do discurso, e o conceito de designação, de acordo com Guimarães (2003; 2005), pensando a (re)produção e a circulação de sentidos a partir de tais discursividades corporais. Atentando, assim, para as diferentes possibilidades de leitura de um mesmo objeto simbólico.

Entendemos que não se trata de uma leitura plural, em termos pècheuxianos. Tampouco, cabe a nós o papel de atribuir sentido(s) aos gestos discursivo-corporais selecionados para análise, como se fosse o único sentido possível, em sua literalidade. Nós, analistas, temos o compromisso teórico e social de explicitar como um objeto simbólico produz sentidos, o que implica ter sempre em mente, conforme escreve Orlandi (1996), “que o sentido sempre pode ser outro, porém não pode ser qualquer um, pois não dá para ler o que o texto não nos permite” (p. 64). Nessa perspectiva, apresentam-se algumas perguntas:

como deve proceder o analista? Que escuta ele deve estabelecer para ouvir para lá das evidências e compreender, acolhendo, a opacidade da linguagem, a determinação dos sentidos pela história, a constituição do sujeito pela ideologia e pelo inconsciente, fazendo espaço para o impossível, a singularidade, a ruptura, a resistência? (Orlandi, 2012, p. 59).

É por ter em nossa base teórica indagações dessa ordem que surge nosso compromisso político de “colocar o dito em relação ao não dito, o que o sujeito diz em um lugar e o que é dito em outro lugar, o que é dito de um modo com o que é dito de outro, procurando ouvir, naquilo que o sujeito diz, aquilo que ele não diz mas que constitui igualmente os sentidos de suas palavras [ou gestos]” (Orlandi, 2012, p. 59, acréscimo nosso). Dessa forma, utilizando-nos dos princípios e procedimentos da Análise de Discurso, não procuramos o sentido verdadeiro, buscamos compreender o funcionamento dessas discursividades em suas condições de produção, considerando a relação língua (corpo), história e ideologia⁵.

Neste panorama, acreditamos necessárias três observações: i. ao nos dedicarmos à análise de gestos não estamos trabalhando com a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), com sua organização e estrutura em um conjunto gestual-visual de formas, no contexto de comunicação de sujeitos surdos; ii. ao considerarmos a materialidade significativa do gesto, não relacionamos diretamente à sua tradução para a linguagem verbal, ao contrário, procuramos compreender

⁴ Tais noções já foram estudadas separadamente nas teses de Silva (2019), que abordou o corpo na perspectiva da AD, e de Souza (2018a), que abordou a noção de designação.

⁵ Como exemplo, podemos recuperar Silva (2014) em seu trabalho com corpo e tatuagens, na medida em que já se pensava nos diferentes efeitos de sentido produzidos em uma tattoo. Nessa análise, o objetivo não é verificar “o” sentido das tatuagens analisadas, mas, compreender o funcionamento discursivo materializado em cada uma. Tratava-se de sentidos determinados (concebidos na sua literalidade) a uma tatuagem por um aparelho repressor, num discurso autoritário, e sentidos atribuídos por sujeitos tatuados, inscritos em formações discursivas opostas e afetados por imaginários antagônicos. Eis uma possibilidade de observar o corpo funcionando como unidade designativa em outras condições de produção e em relação a outras redes de saberes.

sua especificidade na produção de sentidos; e, iii. nossa leitura preocupa-se em atender ao discursivo, não a uma descrição formal da imagem. A esse respeito, importante destacar que não apenas apresentamos os gestos com suas respectivas e direcionadas designações no nível de uma leitura superficial, mas buscamos entender o funcionamento ideológico que se movimenta na atribuição de sentidos *x* ou *y*. Por isso, buscamos observar os gestos enquanto práticas discursivas designativas e compreender como podem funcionar para reforçar/sustentar outros discursos.

Passamos, a seguir, para as reflexões analíticas com foco nos dois gestos discursivo-corporais mencionados, pois, ao concebê-los como discursos, estamos entendendo-os como “efeito de sentido entre locutores” (Pêcheux, 2010, p. 86), e, dessa forma, a cada materialização, novas relações podem ser estabelecidas, novas leituras podem ser produzidas, novos efeitos de memória podem ser mobilizados.

2 Corpo e designação: uma análise de dois gestos discursivo-corporais

Apresentamos imagens (Figuras 1–4) organizadas em dois blocos⁶, cada um apresentado um dos gestos em pauta (L e arma):



Figura 1 – Gesto corporal representando “L” de Lula-1
Fonte: *Gazeta do Povo*, 2009.

⁶ Quanto aos nossos objetos de análise, apresentamos duas imagens de cada gesto corporal, visando atentar para as regularidades destas práticas discursivo-corporais, ou seja, o modo de sua realização/sinalização e circulação/materialização, atentando, sempre, para o corpo enquanto centro da reflexão.



Figura 2 – Gesto corporal representando “L” de Lula-2
Fonte: EBC, 2006.



Figura 3 – Gesto corporal representando arma de fogo-1
Fonte: WSCOM, 2019.



Figura 4 – Gesto corporal representando arma de fogo-2

Fonte: TERRA, 2019.

Estas imagens, selecionadas de nosso arquivo, nos possibilitam compreender os efeitos da relação entre sujeito e corpo, a inspiração e a motivação para significar e designar, com tal gesto discursivo-corporal – L ou arma de fogo –, representativo de filiações de sentidos que se contrapõem.

Ao significar por meio do corpo, como lugar de reprodução de saberes da nossa formação social, o sujeito posiciona-se, recuperando uma determinada memória discursiva, pondo em movimento um cenário altamente político – de tensão, polarização e conflitos. Assim, a sinalização de cada gesto discursivo-corporal, utilizando o corpo como possibilidade de dizer, antagoniza ao outro, já que “não há discurso que não se relacione com outros” (Orlandi, 2012, p. 39). Os sentidos, neste caso, resultam de relações em que “um discurso aponta para outros que o sustentam, assim como para dizeres futuros” (Orlandi, 2012, p. 39).

Entendemos, assim, o corpo como forma de existência material do discurso na medida em que o sujeito produz sentidos através dele, e é por esta perspectiva que recorreremos à relação entre corpo e lugar de enunciação⁷. Vinhas (2021), a partir de Zoppi-Fontana (2017), sobre esse par, discorre que “se o lugar enunciativo está em relação com as condições de produção, tanto estritas quanto amplas, o corpo, enquanto materialidade discursiva, produz efeitos nessa noção” (p. 154).

⁷ Tomamos essa relação com amparo em Zoppi-Fontana (2017), em seu trabalho sobre lugar de fala e lugar de enunciação, a partir de reflexões teóricas que abordam a “complexidade dos processos de identificação que configuram as posições-sujeito no discurso, na sua relação constitutiva com as condições de produção, a memória discursiva, a enunciação e o corpo” (2017, p. 64). A autora trata de vozes e corpos que enunciam, atentado, em seu percurso teórico-reflexivo, para o “corpo que se inscreve na sua presença vigorosa tanto como voz, carne e pele” (2017, p. 69). Nesta trilha teórica, também encontramos aporte em Vinhas (2021) que, metodologicamente, a partir da leitura de trabalhos já realizados em AD, propõe três caminhos possíveis para abordar o corpo na teoria do discurso: i. a relação entre corpo e materialidade discursiva; ii. a relação entre corpo e lugar de enunciação; iii. a relação entre corpo e subjetividade.

Para a autora, algumas discussões sobre raça e gênero em AD já assinalam a relação entre a enunciação e o lugar do sujeito-enunciador na cena enunciativa como imagem a ser interpretada, sendo necessária a mobilização da noção da memória discursiva. No que tange ao nosso objeto de análise, somamos aos estudos cujo cerne une corpo e enunciação, a dimensão de classe, pois ao formular o gesto (ao dizer com seu próprio corpo), o lugar de enunciação desse sujeito-enunciador é determinado por certa representação subjetiva e imaginária, e sentidos são (re)produzidos e interpretados a partir dele. Isso porque podemos retomar, via memória discursiva, que cada sujeito político designado pelos gestos corporais em tela insere-se num processo discursivo de representação de saberes de classes sociais em embate (de um lado, as classes proletárias, trabalhadoras; de outro, as elites e classes emergentes). Então, compreendemos que sinalizar qualquer dos gestos também põe em movimento essas relações de classe e os embates que subjacentes.

Zoppi-Fontana (2017), no âmbito das formações imaginárias e das projeções antecipadas, em termos pêncheuxianos, que demandam diversos modos de estar no mundo, entende que ser reconhecido e se reconhecer em relação ao funcionamento social e histórico faz parte do processo de constituição do sujeito. Justamente pela compreensão da interpelação ideológica, o “lugar de fala” é assim redefinido como “lugar de enunciação”.

Compreendido dessa forma, sobredeterminado pela ideologia, a língua e o inconsciente, o “lugar de fala” se mostra, no seu funcionamento enunciativo, sustentado em processos metonímicos que o legitimam a partir da experiência vivida de um *eu* que se identifica com outros *eu* (Zoppi-Fontana, 2017, p. 70, grifos da autora).

Nessa perspectiva, os lugares de enunciação configuram um modo de dizer com sua legitimidade e organização enunciativa. Orlandi (2012) explica que se trata de uma “posição que deve e pode ocupar todo indivíduo para ser sujeito do que diz” (p. 49); contudo, “o modo como o sujeito ocupa seu lugar, enquanto posição, não lhe é acessível, ele não tem acesso à exterioridade (interdiscurso que o constitui) (p. 49). Zoppi-Fontana (2017) acrescenta que “é na enunciação de um sujeito em determinadas condições de produção que esse dizer poderá ser reconhecido como legítimo relativamente a um determinado lugar enunciativo” (p. 04).

Com relação ao corpo, configurando-se como um modo de dizer a partir do gesto, podemos escrever que, para sua interpretação, é imprescindível que a imagem do corpo entre em relação com a memória discursiva. A esse respeito, Courtine (2013)⁸ sugere ser fundamental descobrir a parte da história no cotidiano de nossos corpos, forjando instrumentos que nos permitam compreendê-la. Para ele, a questão da emergência do corpo como objeto de discurso exige um exame lento, minucioso e paciente de um amontoado considerável de materiais discursivos, sobretudo, um olhar sensível à irrupção repentina de objetos discursivos inéditos.

⁸ O autor traz a noção de intericonicidade para tratar da relação estabelecida entre memória discursiva, condições de produção, formações imaginárias e lugar enunciativo, todos em dependência do corpo do sujeito-enunciador como uma materialidade que produz efeitos. Esta noção é melhor explorada pelas autoras em outros exercícios analíticos que aprofundam a abordagem teórico-metodológica do corpo enquanto unidade designativa.

O autor acentua que:

ali [na circulação contemporânea da palavra pública: palavras, imagens, práticas] os discursos são imbricados em práticas não verbais, ali o verbo não pode mais ser dissociado do corpo e do gesto, ali a expressão através da linguagem se conjuga com a expressão do rosto, de forma a não ser mais possível separar linguagem e imagem (Courtine, 2013, p. 31).

É por partilharmos essa perspectiva de que os discursos são imbricados em práticas não verbais que propomos essa abordagem teórico-metodológica sobre o corpo como unidade designativa. Então, dos gestos que selecionamos do nosso arquivo⁹, organizamos as regularidades discursivas em dois blocos de análise por entendermos que a materialização de cada um desses gestos discursivo-corporais funciona como uma forma de posicionamento, de identificação, pois, com ele/atraves dele, o sujeito produz sentidos e demarca um lugar enunciativo a partir do qual (re)produz sentidos, retomando, reforçando e exaltando suas filiações. E é por este caminho interpretativo que nossas reflexões alcançam a noção de designação.

Abordar a noção de designação como um funcionamento discursivo, por estabelecer e/ou reforçar determinadas relações entre o dizer e o interdiscurso, remete a um olhar “sobre o modo de pensar a relação da linguagem com o mundo” (Guimarães, 2005, p. 91). E, nestas análises, conforme explicitado, o corpo surge como linguagem, como lugar de enunciação.

Nesse viés, designar não é apenas um mecanismo de nomear, indicar, denominar algo ou alguém. É, sobretudo, um mecanismo de atribuição e rememoração de sentidos historicamente construídos. A materialização desses sentidos se dá através do gesto, da formulação visual corporal enquanto significante, que traz à cena corpo e memória, sujeitos e sentidos. E, em determinadas condições de produção, instaura uma cena discursiva de interlocução marcada por antagonismos e polarizações. O gesto, portanto, pode funcionar como determinante do lugar de enunciação do sujeito, resultando de processos de identificação. E por tais considerações a respeito dessa noção, acreditamos pertinente denominá-la como gesto discursivo-corporal.

Ao explicar a noção de designação, Guimarães (2003) considera que se trata da

significação de um nome enquanto sua relação com outros nomes e com o mundo recortado historicamente pelo nome. A designação é algo abstrato, mas linguístico e histórico. Ou seja, é uma relação linguística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real. Por isso, um nome não é uma palavra que classifica objetos, incluindo-os em certos conjuntos. Para mim, tal como considera Ranciere, os nomes identificam objetos (2003, p. 54, grifos nossos).

⁹ Importante recuperar a noção de arquivo, em AD, inicialmente proposta por Pêcheux como “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão” (2010, p. 51). No processo de coleta e reunião de materiais para análise, entendemos que “o arquivo é construído pelo gesto de interpretação do analista” (Bressan, 2020, p. 30). Este arquivo construído – noção pensada juntamente com Forgiarini Aiub (2012) – é determinado pelos objetivos de pesquisa, pelo plano traçado pelo analista, na mesma trilha da noção de corpus discursivo proposta por Courtine (2009, p. 54). Em razão disso, lembramos que “há, portanto, uma correlação entre corpus discursivo e arquivo, mediada pela história e pela memória [...] o corpus discursivo funciona como um dispositivo analítico, o arquivo constitui-se como categoria teórica” (Bressan, 2020, p. 30).

Aplicando essa noção aos nossos objetos de análise, compreendemos que a realização de um desses gestos, por si só, estabelece e expõe determinadas relações com a exterioridade, e o interdiscurso surge de uma forma específica no fio do discurso corporal, em processos discursivos diferentes, mas que produzem o mesmo efeito: explicitar a formação discursiva em que o sujeito se inscreve; sua posição de dizer e seu alinhamento (e/ou desalinhamento) em relação aos sujeitos políticos Lula (Figuras 1 e 2) e ao anterior mandatário do país (Figuras 3 e 4).

Nestes exemplos em que nos detemos, recuperando Courtine (2013), existem unidades mínimas, vestígios, “formas indefinidamente iteráveis”,

que parecem se vincular a pouca coisa, mas é sua simplicidade, seu minimalismo mesmo que garantem sua iterabilidade, sua impressionante ubiquidade; que permitem seu deslocamento e seu trespasse de texto a texto [...]. Estes enunciados, em sua formulação mais geral, possuem a seguinte forma: X (denota, significa, indica, mostra...) Y, onde X reporta a um traço, a um indício, marca ou característica manifestas da aparência exterior do corpo, e Y reenvia a um caractere, a uma tendência, a uma paixão, a um estado psicológico da alma (Courtine, 2013, p. 25).

Isto nos permite recuperar de Leandro-Ferreira (2013) que onde há corpo, há historicidade e onde há historicidade, há memória. Permite-nos, ainda, compreender o processo discursivo de designação, expondo o funcionamento discursivo do corpo como unidade designativa. Trata-se da relação corpo, sujeito e sentido, em que por meio do gesto o sujeito se posiciona, significa, e faz-se visualizar pelo próprio corpo.

Se o lugar de enunciação configura um modo de dizer, o corpo toma a forma de um lugar material de produção de sentidos. No funcionamento em pauta, pela leitura que fazemos, os gestos buscam designar a figura política de Lula e a figura política do anterior mandatário do Brasil. Assim, propomos compreender o corpo como materialidade capaz de instaurar processos discursivos designativos, e não apenas a língua, enquanto estrutura, como sendo a única materialidade para a observação desse funcionamento¹⁰.

Contudo, precisamos pontuar que nem todo gesto corporal funciona discursivamente como unidade designativa. Para reforçar nossa proposta, a título de exemplo, podemos pensar no gesto corporal de apontar o dedo polegar para cima em um restaurante, em uma aula. Nessas condições de produção, tais gestos corporais não funcionam discursivamente como uma unidade designativa, pois não funcionam simbolicamente como uma designação. Gestos corporais como esses, não têm a mesma carga discursiva/simbólica de uma tomada de posição, não são capazes, por si só, de expor a dimensão política e ideológica do discurso, tal como observamos nas unidades designativas corporais em análise.

Seguindo esse caminho, cada gesto (representando L ou arma de fogo) ao funcionar como designação do sujeito político que lhe é correspondente produz efeitos de sentido próprios que recuperam a identificação política e ideológica com cada um dos polos “x” e “y”. E essa tomada de posição materializa-se visivelmente no/pelo corpo. A sinalização de tais gestos corporais, conseqüentemente, não é aleatória: vincula imaginariamente o sujeito do discurso a

¹⁰ O funcionamento discursivo de designação, a partir da estrutura da língua, já foi explorado ao longo de nosso percurso de pesquisas em análises sobre o par golpe/impeachment (Souza, 2018a, b).

certa formação discursiva e, com isso, ao mesmo tempo, o coloca em posição antagônica com outros saberes, explicitando certo alinhamento e certo desalinhamento ideológico.

Assim, de um lado, o gesto corporal representativo de uma arma de fogo designa o sujeito político que ocupou o cargo de mandatário do país e simboliza um alinhamento ideológico com saberes relacionados à extrema direita no Brasil. Com esse funcionamento discursivo, tal gesto é atravessado por sentidos em circulação social. Isto é, podemos compreender, por exemplo, que esse gesto é acompanhado por uma determinada visão sobre os Direitos Humanos, marcada por bordões como “Direitos Humanos para humanos direitos”, remetendo à saturada imagem na qual os Direitos Humanos são representados como tacos de *baseball*. Evoca da memória discursiva saberes relacionados à chamada ideologia de gênero, à chamada escola sem partido. Sinalizar uma arma de fogo expõe, ainda, um alinhamento a um modo de significar a ditadura militar brasileira como positiva, inclusive exaltando a tortura realizada nesse período e os torturadores.

De outro lado, o gesto corporal representativo de um L designa o sujeito político Lula e simboliza um alinhamento ideológico com uma visão oposta acerca dos Direitos Humanos, acerca do papel e da importância da instituição Escola. Expõe um modo de significar a igualdade de gênero e a aceitação das diferenças que se opõem à chamada ideologia de gênero. Também vai em direção oposta à significação do regime militar e da tortura no Brasil, como um período que não merece ser exaltado, precisa ser lembrado para não ser repetido.

Assim, os gestos em tela passam a constituir as relações de força que materializam no/pelo discurso, tal como cápsulas discursivas¹¹: um pequeno elemento que representa, como num processo metonímico, todo o movimento de saberes engajado em sustentar e legitimar o discurso das FDs em que se inserem, bem como, neste caso, a figura política dos sujeitos designados.

Por esse efeito de identificação, a utilização de um dos gestos promove a instauração de um efeito de antagonismo em relação a determinados saberes. E, com isso, implica na interdição de uso da outra discursividade corporal designativa, na medida em que passa a constituir as relações de força do/no discurso, deixando de representar um mero processo de nomeação, classificação ou qualificação dos sujeitos políticos que remetem. É dizer, o sujeito que sinaliza o gesto corporal representativo de arma de fogo, não realiza o outro gesto, e vice-versa.

3 Designação e equívocidade: discursividades corporais e imagéticas como espaços para materialização do político e da luta pelos sentidos

Para este segundo momento de análises, selecionamos de nosso arquivo outras discursividades relacionadas às práticas discursivas designativas em pauta. Com isso, buscamos evidenciar nossa compreensão de que o corpo pode produzir o efeito discursivo de designação, funcionando com unidade designativa. Passemos a nossa primeira discursividade:

¹¹ Tratamos desse mesmo funcionamento na análise do par golpe/impeachment e propomos considerá-los, igualmente, como cápsulas discursivas.



Figura 5 – Trabalhadores e o mandatário do país
Fonte: Vettorazzo, 2021.

Levando em consideração o que apontamos, somando ao postulado básico de Pêcheux (2010 [1990]) de que o sentido pode ser outro, trazemos a sequência imagética acima que suscitou a seguinte pergunta: Que gesto é esse? Em uma análise desta discursividade (Cazarin;Souza; SILVA, 2022) iniciamos o percurso de compreensão da relação corpo e designação, e, no presente trabalho, aprofundamos o olhar analítico e propomos a noção de corpo como unidade designativa.

Entendemos que essa formulação visual, enquanto significativa, poderia produzir, pelo menos, dois efeitos de sentido distintos e em confronto. Sentidos que materializam no próprio corpo a identificação e a (re)produção de um discurso de apoio ao, então, capitão da República, se entendido o gesto visual corporal com a mão direita como a textualização de uma arma de fogo apontada para cima; ou, em direção oposta de significação, a um discurso de apoio a Lula, se esse mesmo gesto for entendido como sendo a referência linguística à grafia de um “L”, de Lula.

Seguindo a interpretação de que o gesto representa um L, podemos observar a representação de um laço metonímico que une as vozes/corpos que enunciam: os trabalhadores que posam ao lado do, então, mandatário do país representam os brasileiros trabalhadores. Trata-se, seguindo a concepção de Zoppi-Fontana (2017), da enunciação de um “eu” multiplicado em uma parcela da sociedade que sofreu/sofre com o crescimento de uma direita conservadora que, ao longo desse governo, promoveu diversas agressões a essa classe – seja por meio de mudanças na legislação trabalhista; seja por meio de discursos contra os direitos do trabalhadores no contexto pandêmico, inviabilizando ou reduzindo as possibilidades de prevenção e proteção à saúde dos trabalhadores.

Nesse panorama, o gesto representativo de um L surge como voz interdita ou silenciada que entra em cena através do corpo. Irrompe como acontecimento, abrindo brechas sociais e discursivas para o deslocamento de sentidos e a emergência de novas modalidades de subjetivação e identificação.

Dessa forma, esse gesto discursivo-corporal, assim interpretado, proporciona a identificação e a legitimação imaginária de um lugar de enunciação, significado como ‘porta-voz’: “não estou sozinho, estou falando por milhões de trabalhadores do Brasil”. O corpo, aqui, inscreve-se na cena discursiva tanto como voz, carne e pele representativos de toda uma classe de brasileiros, em razão dos processos metonímicos e de designação que o significam em relação a outros com os quais o sujeito se identifica ou dos quais se diferencia a partir do funcionamento da memória discursiva como espaço de construção das evidências que possibilitam os movimentos de reconhecimento/desconhecimento que constituem o sujeito do discurso.

De outro lado, ao permitir diferentes e divergentes interpretações (L e arma), esse gesto discursivo-corporal permite-nos observar e compreender a noção de equivocidade, a qual, para Pêcheux, é constitutiva da linguagem, pois considera o “equivoco como fato estrutural implicado pela ordem do simbólico” (2008, p. 51). Assim,

O objeto da lingüística (o próprio da língua) aparece assim atravessado por uma divisão discursiva entre dois espaços: o da manipulação de significações estabilizadas, normatizadas por uma higiene pedagógica do pensamento, e o de transformações do sentido, escapando a qualquer norma estabelecida a priori, de um trabalho do sentido sobre o sentido, tomados no relançar indefinido das interpretações (Pêcheux, 2008, p. 51).

Essas conclusões ancoram-se na análise de um enunciado que atribui sentido a um acontecimento político na França: “o que podemos dizer é que este jogo metafórico em torno do enunciado “On a gagné” [“Ganhamos”] veio *sobredeterminar o acontecimento, sublinhando sua equivocidade*” (2008, p. 22, grifos nossos). Em análise acerca da equivocidade, Lagazzi explicita que, para o autor, essa noção refere-se à “sobreposição de sentidos a partir de diferentes posições do sujeito” (2011, p. 497).

Partindo desse olhar acerca da noção de equivocidade e equivoco, a autora explica que “pensar os sentidos como efeitos produzidos sobre a cadeia significante em condições de produção é dar consequência ao primado do significante, e não apenas do significante verbal. É na relação entre a materialidade significante e a história que os sentidos se produzem” (Lagazzi, 2011, p. 504, grifos nossos).

Considerando essa relação entre materialidade significante e história, compreendemos que essa discursividade imagética, ao ser interpretada como uma tomada de posição contra o sujeito político que nela figura ao lado dos trabalhos, evoca a presença do sujeito político Lula. O torna presente naquela cena discursiva, assim como Courtine (1999) considera a presença de Clementis ao analisar uma discursividade imagética referente ao partido comunista francês.

Então, ao analisar essa discursividade imagética com o olhar atento ao gesto discursivo-corporal realizado pelos sujeitos trabalhadores, observamos a equivocidade do corpo, o equivoco que emerge no/pelo corpo. Esse funcionamento atravessado pela equivocidade foi amplamente explorado no processo de campanha eleitoral para a Presidência da República, em 2022. O Partido dos Trabalhadores (PT) utilizou-se da equivocidade entre os gestos discursivos-corporais

designativos de cada sujeito político para movimentar o bordão #ViraVoto¹², como uma estratégia para que os eleitores indecisos definissem seu voto em favor do candidato Lula.

O bordão referido sustentava-se na sobreposição visual do gesto corporal representativo de uma arma de fogo (realizado em direção horizontal), por meio da mudança de direção, pelo gesto sinalizado em direção vertical. Transformando-se, dessa forma, em um gesto corporal representativo de um L e, com isso, passando a designar o sujeito político Lula. Tais sentidos movimentados através do corpo eram reforçados pela canção entoada pelos sujeitos que realizavam esta sobreposição de gestos corporais. Vejamos:

Vira, vira voto, vira, vira, vira

Vira, vira voto, vira, vira, vira

Vira, vira voto, vira, vira, vira

Vira o voto da Maria, o voto do João

Vira o voto do colega, o voto do patrão

Vira o voto do padeiro, do advogado

Vira o voto do seu crush, do seu namorado

Vira o voto do vizinho, o voto da família

Tem pai virando o voto por causa da filha

Vira o voto no *WhatsApp*, *Face* e *Instagram*

Vire um voto hoje, pense no amanhã

Cada vira voto é coragem, resistência e esperança

Vira, vira, vira, vira voto, vira, vira, vira voto, vira, vira, vira

Olhe pro futuro, dê um lápis, **tira a arma da criança.**

Vira, vira voto, vira, vira, vira

(*Piauí Hoje*, 2022, grifos nossos).

Na canção, podemos observar o linguístico reafirmando os sentidos produzidos pelo corpo: arma representa e designa o sujeito político que era o mandatário do país na época; L representa e designa o sujeito político Lula. O verbo virar trabalha os efeitos de sobredeterminação de um gesto corporal pelo outro: o mesmo gesto sinalizado na horizontal pode tornar-se (“virar”) outro, por meio da alteração na direção da sinalização para vertical.

¹² A título de informação, remetemos o leitor ao seguinte perfil oficial em rede social: <https://www.instagram.com/viravoto/>, bem como a sítios eletrônicos de meios de comunicação que repercutiram tal estratégia da campanha do Presidente Lula: <https://revistaforum.com.br/cultura/2022/9/21/vira-voto-artistas-se-engajam-na-onda-pela-eleio-de-lula-no-1-turno-veja-video-123609.html>; <https://lula.com.br/vira-vira-voto-vira-vira-voto-vira-vira-haddad>.

Diante disso, consideramos essa discursividade imagética (Figura 5) um exemplo de como o corpo também se constitui como espaço para a equívocidade, para materialização do político e para a instauração da luta pelos sentidos. Isso torna-se possível, conforme entendemos e sustentamos nestas análises, porque os gestos discursivos-corporais em pauta (L e arma de fogo) funcionam e circulam socialmente como unidades designativas dos sujeitos políticos mencionados. E, ainda, este funcionamento é socialmente reconhecido e explorado, conforme observado na canção da campanha eleitoral do Presidente Lula.

Seguindo nossas análises, selecionamos outras três discursividades imagéticas para robustecer as reflexões e propostas teórico-analíticas apresentadas. Vejamos:



Figura 6 – O imbrochável.
Fonte: *Design Ativista*, 2022.

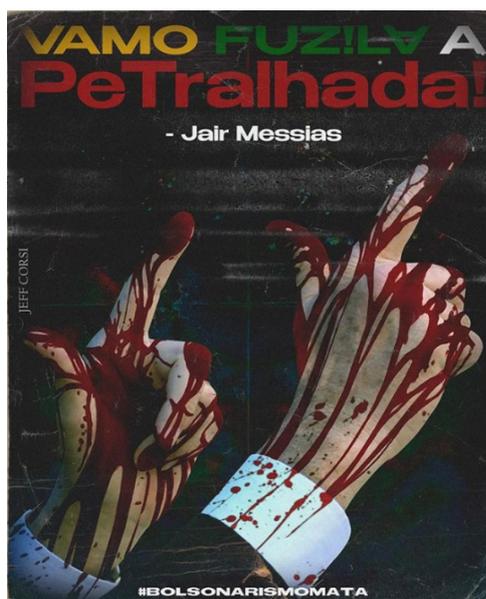


Figura 7 – A ameaça.
Fonte: *Design Ativista*, 2022.



Figura 8 – O aviso
Fonte: *Design Ativista*, 2022¹³.

¹³ As Figuras 6 e 7 foram publicadas em meados de julho de 2022. A Figura 8 foi publicada no dia 7 de setembro de 2022.

Inicialmente, cabe ressaltar que os três textos acima (Figuras 6, 7 e 8) representam discursos produzidos a partir de uma rede de saberes oposta e antagônica à rede discursiva que abriga saberes e sentidos favoráveis ao 38º Presidente da República. Essas três discursividades foram produzidas e publicadas em um perfil público da rede social *Instagram*, chamado Design Ativista. São, portanto, discursividades que circulam em contextos públicos de produção e acesso em ambiente virtual.

A Figura 6 retoma as condições de produção da celebração do bicentenário da Independência do Brasil, ocorrido em setembro de 2022, relacionando-se aos dizeres do, então, mandatário do país em evento oficial da República Federativa do Brasil quando incitou o público a, em coro, entoar o seguinte grito: “Imbrochavel!” (BONIN, 2022). A discursividade imagética é acompanhada por algumas palavras-chave que situam e explicitam, na postagem, sob o formato de *hashtags*¹⁴, as condições de produção e direcionam a produção de sentido, são elas: 7 de setembro, dia da independência, design ativista.

A Figura 7 relaciona-se e retoma a seguinte fala do anterior mandatário do país, preferida em 1º de setembro de 2018 em ato de campanha eleitoral, “Vamos fuzilar a petralhada toda aqui do Acre!” (Ribeiro, 2018, grifos nossos). Do mesmo modo que a discursividade imagética anterior, esta é acompanhada das seguintes palavras-chave: design ativista, justiça por Marcelo Arruda¹⁵, bolsonarismo mata, fora Bolsonaro.

A Figura 8 relaciona-se e retoma a seguinte fala do capitão da República, em 29 de junho de 2017, em Porto Alegre:

Estive à frente para aprovar a fosfoetanolamina. Cura ou não cura, não sei. *Sou capitão do Exército, a minha especialidade é matar, não é curar ninguém.* Mas apresentei junto com mais alguns colegas e aprovamos. Dá certo ou não dá? Vamos dar a chance daquele que tem o dia marcado para morrer tomar a pílula (Gazeta do Povo, 2017, grifos nossos).

Esse dizer circulou, e ainda circula, intensamente em diferentes processos discursivos e, de tempos em tempos, é retomado em processos discursivos antagônicos ao sujeito político que ocupou o cargo de Presidente da República até o final do ano de 2022. No contexto da

¹⁴ Importante retomar que “hashtag é uma palavra-chave antecedida pela cerquilha (#) e, geralmente, é utilizada para identificar o tema do conteúdo que estão compartilhando nas Redes Sociais” (cf. <http://marketingdeconteudo.com/o-que-e-hashtag/>). As hashtags funcionam como indexadores dos temas abordados na rede social e “viram hiperlinks dentro da rede, [...] outros usuários podem clicar nas hashtags (ou buscá-las em mecanismos como o Google) para ter acesso a todos que participaram da discussão. As hashtags mais usadas no Twitter [ou em outras redes sociais] ficam agrupadas no menu Trending Topics” (cf. <https://pt.wikipedia.org/wiki/Hashtag>). Ou seja, no ambiente virtual, o uso das hashtags confere maior visibilidade ao tema abordado, porque a indexação permite que outros usuários o rastreiem. Além disso, se a hashtag alcançar um grande número de replicações ganhará ainda mais destaque através do menu Trending Topics de cada rede social.

¹⁵ No dia 10 de julho de 2022, Marcelo Arruda, guarda municipal, fez uma festa de aniversário para celebrar seus 50 anos, em Foz do Iguaçu, com uma decoração festiva em homenagem ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ao Partido dos Trabalhadores (PT). Marcelo era membro da direção do referido partido em seu município. A festa foi invadida por Jorge José da Rocha Guaranho, agente penitenciário federal, que, após discussões, atirou em Marcelo. Houve troca de tiros, pois Marcelo conseguiu revidar ao primeiro tiro, mas Arruda acabou falecendo e Guaranho foi encaminhado ao hospital em estado grave e sobreviveu (Cf. Lopes, 2022; Hailer, 2022).

Covid-19, por exemplo, esse dizer foi retomado e relacionado à postura do referido Presidente no combate e prevenção da disseminação do vírus no Brasil.

Esta discursividade imagética é acompanhada das mesmas palavras-chave da Figura 7, sempre sob o formato de *hashtag* – são elas: design ativista, justiça por Marcelo Arruda, Bolsonaro mata, fora Bolsonaro. Além dessas palavras, há a seguinte legenda: “Não normalize a barbárie!”.

Entendemos que a produção de sentidos antagônicos ao anterior mandatário do país nessas três discursividades imagéticas só é possível em razão de estar consolidado o funcionamento do gesto corporal representativo de uma arma de fogo como unidade designativa desse sujeito político. Isso porque o gesto corporal de sinalização de uma arma de fogo foi deslocado para um processo discursivo antagônico, evidenciando que também no âmbito desses saberes o gesto corporal em tela é reconhecido como designativo do sujeito político que ocupou a Presidência da República até o dia 1º de janeiro de 2023.

Assim, essas três discursividades imagéticas mobilizam o discurso-outro para a instauração de sentidos que lhe são antagônicos e, com isso, subverter significações que no processo discursivo de origem eram positivas e de exaltação da figura política do mandatário do país. Compreendemos, no âmbito da AD, a presença do discurso-outro por meio da noção de heterogeneidade mostrada. Conforme proposto por Authier-Révuz, trata-se de “diversos tipos de ‘negociação’ do sujeito falante com o que eu chamo de heterogeneidade constitutiva” (2004, p. 11). Por meio dessa noção, são observadas as diferentes formas a partir das quais o sujeito enunciador inscreve o outro na linearidade de seu discurso.

A reprodução do gesto corporal representativo de uma arma de fogo demarca a presença explícita do discurso-outro no intradiscurso. Os enunciados verbais nas Figuras 7 e 8 são, também, reproduções de fragmentos de dizeres do próprio capitão da República. Contudo, quando descolados do processo discursivo de origem e realocados no âmbito de uma rede de saberes oposta, marcam a presença do discurso-outro para desconstruí-lo, subvertê-lo, evidenciar suas incoerências e suas características violentas. Aliar sangue ao discurso-outro – ao gesto corporal que representa uma arma de fogo – enfatiza a violência e o caráter letal que subjaz ao objeto material arma e ao modo de significação do próprio sujeito político. Banhar em sangue a arma de fogo que designa esse sujeito político e evoca os saberes da extrema direita brasileira promove um movimento de desconstrução dos sentidos produzidos no âmbito do discurso-outro.

Além disso, os verbos “fuzilar” (Figura 7) e “matar” (Figura 8), também associados ao sangue e ao gesto corporal representativo de uma arma de fogo, somam-se à ideia de que a violência exercida constantemente por esse sujeito é simbólica: realiza-se através da linguagem¹⁶. Na Figura 7, esse sujeito político é significado como violento e letal para uma parcela da população brasileira que assume determinado posicionamento político-ideológico (“petralhada”). Quanto à Figura 8, o capitão da República, assim como uma arma de fogo, tem como sua principal utilidade a violência, a morte (“minha especialidade é matar”). Todos esses efeitos

¹⁶ Consideramos a noção de violência simbólica tal como proposta por Žižek (2014) como aquela “encarnada na linguagem” que assume caráter violento por funcionar impondo um certo universo de sentidos. Abordamos mais aprofundadamente a violência na linguagem em nossa análise sobre democracia e discurso de ódio (Souza, 2018a).

convergem para representar e enfatizar a potencialidade da violência física do objeto arma e do sujeito por ela designado, os quais, para cumprir esse seu potencial, precisam estar apontados para alguém. Isso, portanto, pressupõe a existência permanente de algum alvo a ser atingido. E, nesse processo discursivo, o 38º Presidente da República exerce seu potencial de violência por meio de seus dizeres: é na linguagem que ele realiza as suas violências e apresenta seus alvos, atingindo-os por meio do simbólico.

Dessa forma, os sentidos produzidos por essas discursividades trabalham e fazem circular efeitos negativos em torno do objeto material que representa e faz parte da significação/designação do sujeito político mandatário do país: uma arma de fogo. Ou seja, essas discursividades evidenciam o caráter violento deste objeto e produzem sentido associando essa violência à própria figura política em tela: o capitão é violento e agressivo, assim como qualquer arma de fogo.

Por fim, a Figura 6 retrata uma arma de fogo impotente representando, conforme nossa análise, a impotência desse sujeito em outros aspectos: a pouca habilidade com a linguagem¹⁷, a falta de ação em situações em que deveria haver potência – como por exemplo na pandemia, marcada pela inércia e descaso do 38º Presidente da República. Salientamos que aliar as cores da bandeira ao gesto corporal que representa uma arma de fogo enfatiza a apropriação das cores e símbolos nacionais, no entanto esse aspecto é objeto de outra análise, dedicada exclusivamente ao modo de uso e de apropriação dos símbolos nacionais e artefatos culturais brasileiros pela extrema direita em nosso país.

4 Considerações finais

No presente exercício teórico-analítico, sustentamos que o corpo também pode funcionar como materialidade para a instauração de um processo discursivo de designação. Processo esse que expõe as relações entre discurso, história, memória e ideologia, permitindo que se observe como o político atravessa/perpassa algumas discursividades (inclusive corporais). Para essas reflexões o corpo foi tomado como lugar de enunciação e o gesto discursivo-corporal como a materialidade.

Com olhar voltado para dois gestos discursivo-corporais descrevemos e analisamos o efeito de designação produzido por cada um: a representação de um L e a representação de uma arma de fogo. Em termos teóricos, evidenciamos que cada gesto discursivo-corporal em pauta, enquanto materialidade da linguagem não-verbal, pode ser concebido como discurso, constituindo-se na incompletude e na equivocidade da linguagem, em determinadas condições de produção. E, por isso, propomos tratá-los, discursivamente, como práticas discursivas designativas, considerando o corpo como unidade designativa.

¹⁷ Quanto a este aspecto, juntamo-nos a Indursky, em sua análise sobre a fala pública do 38º Presidente da República, e evidenciamos a sintaxe rudimentar característica do modo de dizer desse sujeito político, nas palavras da autora: “percebe-se, além do uso de um léxico chulo e grosseiro, pouco adequado para um presidente se pronunciar em uma Reunião Ministerial, o emprego de uma fraseologia rudimentar, cuja sintaxe é pobre e desconexa” (Indursky, 2020, p. 376, grifos nossos).

Desse modo, esses dois gestos discursivo-corporais, uma vez compreendidos a partir do funcionamento do discurso da categoria da designação, representam uma tomada de posição, produzindo, simbolicamente, um efeito de identificação e de alinhamento ideológico com determinados saberes e determinado sujeito político. Ao mesmo tempo, instauram efeitos de antagonismo e desalinhamento ideológico.

Portanto, a sinalização de um desses gestos discursivo-corporal estabelece e expõe determinadas relações com a exterioridade, revelando, com isso, a dimensão sócio-histórica e ideológica do discurso materializado no corpo. Assim, o corpo também é materialidade capaz de estabelecer uma relação específica com o interdiscurso e com a memória discursiva; também pode funcionar como unidade designativa ao instaurar práticas discursivas que materializam o político e a memória. Com este exercício analítico propomos uma abordagem teórico-metodológica que alia as duas noções teóricas – corpo e designação – para compreender um determinado funcionamento discursivo.

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

MJS: Conceptualização, Investigação, Metodologia, Administração do projeto, Supervisão, Escrita – rascunho original, Escrita – análise e edição; **NSS:** Conceptualização, Investigação, Escrita – rascunho original.

REFERÊNCIAS

AUTHIER-RÉVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso. In: AUTHIER-RÉVUZ, Jacqueline. *Entre a transparência e a opacidade*. Um estudo enunciativo do sentido. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

BONIN, Robson. Imbrochável? O dia em que Bolsonaro admitiu ter ‘caído’ na cama. *Veja*. 12 set. 2022. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/radar/imbrochavel-o-dia-em-que-bolsonaro-admitiu-ter-caido-na-cama/>. Acesso em: 13 set. 2022.

BRESSAN, Mariele Zawierucka. Arquivo. In: LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina (org.). *Glossário de termos do discurso*. Campinas: Pontes Editores, 2020.

CAZARIN, Ercília Ana. A análise do discurso e a sua interface com o político. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro; MITTMANN, Solange (org.). *O acontecimento do discurso no Brasil*. Campinas: Mercado de Letras, 2013.

CAZARIN, Ercília Ana; SOUZA, Mariana Jantsch de; SILVA, Naiara Sousa da. O discurso e suas materializações: a luta pelos sentidos a partir de uma discursividade corporal de sujeitos trabalhadores. In: FERNANDES, Carolina et al. (org.). *Homenagem à Professora Freda Indursky*. Campinas: Editora Mercado de Letras, 2022. p. 51-65.

COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

COURTINE, Jean-Jacques. O Chapéu de Clémentis. Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. In: INDURSKY, Freda. (org.). *Os múltiplos territórios da análise do discurso*. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzato, 1999.

COURTINE, Jean-Jacques. *Decifrar o corpo: pensar com Foucault*. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

DESIGN ATIVISTA. *Instagram*. 2022. Disponível em: <https://www.instagram.com/designativista/>. Acesso em: 13 set. 2022.

EBC. *Memória EBC*. 2006. Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/galeria/2006-10-30/30-de-outubro-de-2006>. Acesso em: 02 jul. 2021.

FORGIARINI AIUB, Giovani. Arquivo em Análise do Discurso: uma breve discussão sobre a trajetória teórico-metodológica do analista. *Revista Leitura*, Maceió, v. 2, n. 50, p. 61–82, 2012.

GAZETA DO POVO. O “L” de Lula é paranaense. 14 nov. 2009. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/o-l-de-lula-e-paranaense-bzqervkv04ezr2clsg8w26lam/>. Acesso em: 13 mai. 2021.

GAZETA DO POVO. “Sou capitão do Exército, a minha especialidade é matar”, diz Bolsonaro. 30 jun. 2017. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/sou-capitao-do-exercito-a-minha-especialidade-e-matar-diz-bolsonaro-5jt6tsot2v8jygy6l50uswd0h/>. Acesso em: 13 set. 2022.

GUIMARÃES, Eduardo. Designação e espaço de enunciação: um encontro político no cotidiano. *Letras*, Santa Maria, n. 26, p. 53-62, 2003.

GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Campinas: Pontes, 2005.

HAILER, Marcelo. Caso Marcelo Arruda: dados de acesso às câmeras de segurança onde ocorreu a festa foram deletados. *Revista Fórum*. 03 ago. 2022. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/brasil/sul/2022/8/3/caso-marcelo-arruda-dados-de-acesso-s-cmeras-de-segurana-onde-ocorreu-festa-foram-deletados-121112.html>. Acesso em: 13 set. 2022.

INDURSKY, Freda. A memória na cena do discurso. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro; MITTMANN, Solange. (org.). *Memória na/da análise do discurso*. Campinas: Mercado de Letras, 2011, p. 69-89.

INDURSKY, Freda. *A fala dos quartéis e outras vozes*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

INDURSKY, Freda. O entrelaçamento entre o político, o jurídico e a ética no discurso do/sobre o MST: uma questão de lugar-fronteira. *Revista da ANPOLL*, São Paulo, v. 1, n. 12, p. 111-132, 2002.

INDURSKY, Freda. O teatro do grotesco como cenário da desconstrução do Brasil. *Revista da ABRALIN*, v. 19, n. 3, p. 365-388, 2020.

LAGAZZI, Suzy Maria. A equivocidade na circulação do conhecimento científico. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, v. 11, n. 3, p. 497-514, 2011.

LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina. O corpo como materialidade discursiva. O Corpo como Materialidade Discursiva. *Redisco*, Vitória da Conquista, v. 2, n. 1, p. 77-82, 2013.

LOPES, Léo. Crime em Foz: o que se sabe sobre o assassinato do petista Marcelo Arruda. *CNN*. 16 jul. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/crime-em-foz-o-que-se-sabe-sobre-o-assassinato-do-petista-marcelo-arruda/>. Acesso em: 13 set. 2022.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 10. ed. Campinas: Pontes Editores, 2012.

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni Puccinelli. *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes Editores, 2008.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

PIAUI HOJE. Artistas lançam música em apoio a Lula no 1º turno. 21 set. 2022. Disponível em: <https://piauihoje.com/noticias/politica/video-artistas-lancam-musica-em-apoio-a-lula-no-1-ordm-turno-411603.html>. Acesso em: 02 nov. 2022.

RIBEIRO, Janaína. Set/2018: “Vamos fuzilar a petralhada”, diz Bolsonaro em campanha no Acre. *Exame*. 03 set. 2018. Disponível em: <https://exame.com/brasil/vamos-fuzilar-a-petralhada-diz-bolsonaro-em-campanha-no-acre/>. Acesso em: 13 set. 2022.

SILVA, Naiara Souza da. *Futebol e ideologia: a língua e a tatuagem no discurso de sujeitos torcedores da dupla Bra-Pel*. 2019. 328f. Tese (Doutorado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019

SILVA, Naiara Souza da. *Tatuagens: sujeitos e sentidos*. 2014. 153f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Católica de Pelotas, 2014.

SOUZA, Mariana Jantsch de. *O discurso de ódio na democracia brasileira: uma análise discursiva do processo de rejeição e de destituição da Presidenta Dilma Rousseff*. 2018. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Católica de Pelotas, 2018a.

SOUZA, Mariana Jantsch de. Golpe/Impeachment – uma análise discursiva sobre a significação do mesmo. *Cadernos do Instituto de Letras*, Porto Alegre, n. 56, p. 257–272, 2018b.

TERRA, Renato. Bolsonaro inicia a campanha Porte para Jesus. *Folha de São Paulo*. 21 jun. 2019. Disponível em: <https://renatoterra.blogfolha.uol.com.br/2019/06/21/bolsonaro-inicia-a-campanha-porte-para-jesus/>. Acesso em: 01 jul. 2021.

VETTORAZZO, Lucas. Operários fazem gesto de apoio a Lula em foto com Bolsonaro. *Veja*. 24 jun. 2021. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/radar/operarios-fazem-gesto-de-apoio-a-lula-em-foto-com-bolsonaro/>. Acesso em: 01 jul. 2021.

VINHAS, Luciana Iost. O corpo na Análise de Discurso: materialidade, lugar de enunciação, subjetividade. *Revista Língua & Literatura*, v. 23, n. 42, p. 143-163, 2021.

WSCOM. Bolsonaro decide revogar decreto das armas. 25 jun. 2019. Disponível em: <https://wscom.com.br/bolsonaro-decide-revogar-decreto-das-armas/>. Acesso em: 01 jul. 2021.

ZIZEK, Slavoj. *Violência: seis reflexões laterais*. São Paulo: Boitempo, 2014.

ZOPPI-FONTANA, Mónica Graciela. “Lugar de fala”: Enunciação, Subjetivação, Resistência. *Conexão Letras*, v. 12, n. 18, p. 63-71, 2017.